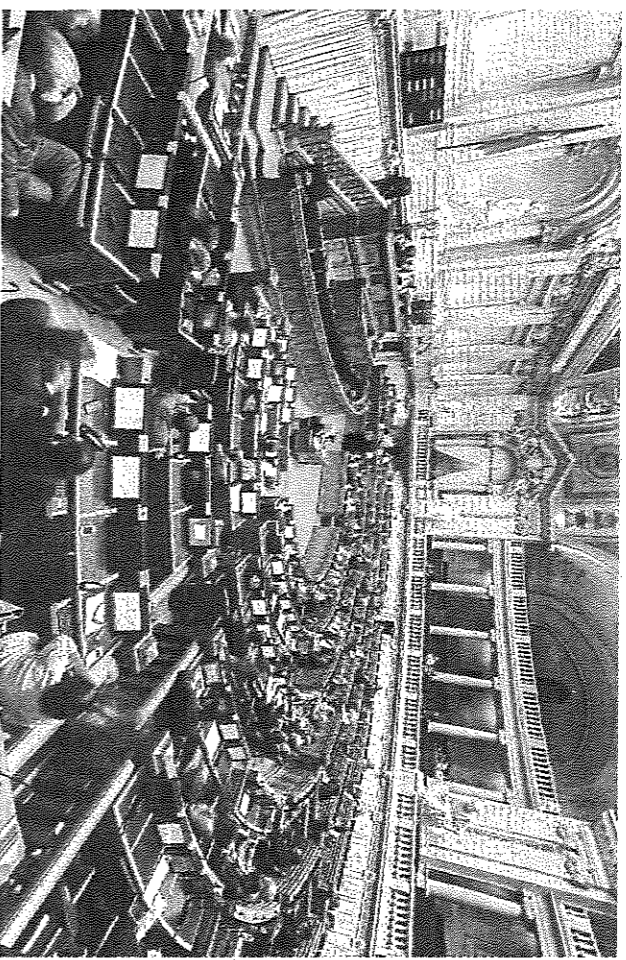


PS aceita limitar teto dos ajustes diretos

Governo tinha proposto 5,3 milhões, socialistas baixaram para 750 mil euros. PSD aplaude, CDS ainda desconfia



FERNANDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS

Socialistas dizem que sempre houve "total abertura" para acomodar propostas

João Vasconcelos e Sousa
joao.sousa@excm.pt

CONTRAÇÃO O PS aceitou ontem rever o valor máximo até ao qual os contratos públicos podem ser adjudicados de forma direta. Inicialmente, a proposta do

Governo subia esse teto dos atuais 150 mil euros para 5,3 milhões, mas os socialistas corrigiram-no para 750 mil euros. A alteração foi ainda mais longe do que pediam PSD e CDS, que queriam fixar o limite no milhão de euros. Os sociais-democratas congratularam-se pela aprovação de uma proposta "completamente diferente" da do Governo.

Carlos Pereira, deputado do PS que esteve na comissão de Economia – na qual foram votadas as propostas de alteração dos partidos –, disse ao JN que a reunião produziu um documento "satisfatório", fruto do "encontro de vontades" entre PS, PSD, BE, PCP e CDS.

Para o parlamentar, o PS mostrou sempre "total abertura" para integrar alterações de todos os partidos, com vista à construção de um "largo entendimento" que gerasse um diploma "o mais eficaz possível".

Sobre o limite de 750 mil euros nos ajustes diretos, Carlos Pereira argumentou que isso foi o "mais coerente" a fazer: "O PSD acompanhou a nossa posição e ficou num meio termo que me parece adequado".

Jorge Mendes, do PSD, não concordou a satisfação pelo "grande contributo" dado pelo seu partido na elaboração de um documento "mais coerente e, sobretudo, muito mais transparente". "O resultado é uma proposta de lei completamente diferente da do Governo."

Para o deputado, o PS foi

OUTROS DADOS

Marcelo ameaçou vetar
No sábado, o "Público" noticiou que, se não houvesse alterações, o presidente da República e veterana, Carlos Pereira disse que sempre houve intenção de incluir medidas dos partidos.

Negam bloco central
Gonçalves Pereira disse que "houve um acordo do bloco central onde, em várias matérias, se juntou o PCP". Carlos Pereira e Jorge Mendes lembraram que foram aprovadas propostas de todos os partidos.

"sensível à opinião pública", retirando o "valor exorbitante" que estava na proposta do Governo. O Tribunal de Contas, recorde-se, considerou era suscetível de potenciar a corrupção.

CDS TEME MAIS LITIGÂNCIA
Mendes disse ainda que a cedência socialista nos ajustes diretos e a criação de uma comissão permanente para fiscalizar os contratos públicos, proposta pelo PSD, levaram os sociais-democratas a convergir com o PS. A maior atenção dada à litigância, tornando os tribunais "mais céleres", também atuou nesse sentido.

João Gonçalves Pereira, do CDS, é mais crítico. Embora reconheça a "evolução positiva", continua a considerar que o documento traz "enormes riscos". A título de exemplo, refere a manutenção da possibilidade de "haver adjudicações sucessivas à mesma empresa" e o facto de as adjudicações poderem continuar a desviar-se 20% do preço-base. O deputado só queria 5% e garante, com a vinda dos fundos europeus, "a litigância val disparar". A votação final global ocorre amanhã ou na próxima sexta-feira. ●

Continuados em risco por falta de profissionais

Associação que representa setor diz que "há várias instituições" com pessoal em casa isolado

Inês Schreck
ines@jn.pt

SAÚDE O presidente da Associação Nacional de Cuidados Continuados teme que a falta de pessoal leve ao fecho de unidades, criando um caos nos hospitais. Desde que as escolas abriram, "há várias instituições com gente em casa com testes negativos, com filhos com testes negativos" que não podem trabalhar, denunciou José Bourdain, no Parlamento.

Ouvido pelos deputados da Comissão de Saúde, o responsável acrescentou que, "não tarda, não há gente para trabalhar". Para cuidar dos doentes e dos idosos", considerando que estas situações de isolamento podem levar ao encerramento de unidades de cuidados continuados (UCC), mas também de lares e estruturas de saúde mental.

Na audição, José Bourdain destacou o agravamento das dificuldades financeiras das UCC durante a pandemia, com os custos do equipamento de proteção individual. As máscaras, exemplificou, chegaram a ser produzidas pela tutela, mas nunca chegaram.

Numa altura complexa, em que os hospitais se debatem com problemas nos internamentos, a ocupação da rede está abaixo do esperado. "Nunca a taxa de ocupa-

ção em cuidados continuados foi tão baixa. É estranhíssimo porque há muita gente em lista de espera", afirmou José Bourdain, acrescentando que há "relatos de pessoas a quem nem sequer lhes é permitido inscreverem-se na rede".

REDE SERÁ REPENSADA

Na audição seguinte, a coordenadora da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados apontou uma explicação. Purificação Gandra reconheceu que "a covid-19 influenciou as taxas de ocupação" porque a norma de admissão de novos utentes implica um isolamento de 14 dias. Ou seja, "obriga as unidades a terem um quarto individual disponível", quando a maioria das estruturas tem quartos duplos.

Respondendo a questões sobre o subfinanciamento da rede e as dificuldades que os parceiros (setores social e privado) atravessam, a responsável adiantou que já foi constituído o grupo de trabalho criado para "repensar toda a rede", incluindo "tipologias, preços, distribuição e áreas de cuidados a abarcar". Avisou, contudo, que o trabalho não ficará concluído tão cedo.

Aos parceiros da rede, Purificação Gandra deixou um aviso: "As unidades não podem demitir-se das suas responsabilidades". ●

Referendo à eutanásia decidido na próxima semana

Se for aprovado, é enviado para Belém

PARLAMENTO Os deputados votam, dia 23, a possibilidade de realização de um referendo à eutanásia. O agendamento foi aprovado ontem em conferência de líderes. Uma decisão já contestada pelo CDS. A ser aprovada, a consulta será enviada para o presidente da República, que a remeterá para o Tribunal Constitucional.

A proposta de referendo resulta de uma petição, lançada pela Federação Pela Vida, subscrita por mais de 95 mil assinaturas. O anteprojeto já inclui a pergunta: "Concorda que matar outra pessoa a seu pedido ou ajudá-la a suicidar-se deve continuar a ser punível pela lei penal em quaisquer circunstâncias?". Em fevereiro, foram aprovados na generalidade cinco projetos de lei que regulam a morte medicamente assistida, que só podem entrar em vigor após o debate na especialidade e a votação final global. ●

PSD propõe conselho para o clima similar ao das Finanças

PROJETO O PSD quer criar um Conselho para a Ação Climática (CAC), similar ao Conselho de Finanças Públicas. Os sociais-democratas apresentaram ontem um anteprojeto de lei de Bases do Clima. Em novembro, o partido promoverá quatro sessões públicas de debate pelo país e o projeto final será entregue até final do ano, explicou o líder da bancada Adão e Silva.

O CAC seria uma entidade independente, não sujeita a tutela governamental dedicada à avaliação das alterações climáticas. A criação de um programa de descarbonização na Administração Pública é outra proposta. ●



Taxas de ocupação da rede baixaram com a pandemia